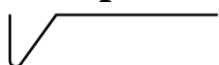


O neoliberalismo enquanto expressão atual do capitalismo¹



Tiago Santos Salgado²

Resumo

O capitalismo, enquanto relação social, passou por diversas transformações em sua forma de reprodução desde o século XIX. Em sua fase atual, em virtudes de diversas crises que se manifestam de forma cada vez mais radical e intensas, o neoliberalismo passou a ser a forma de expressão predominante, estando inserido em contextos particulares de lutas de classes e de manifestações da relação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, desde os anos de 1980, marcado pelo fim da Guerra Fria e o questionamento do Estado de bem-estar social, diversos países passaram a utilizar o neoliberalismo para nortear suas políticas públicas, buscando expandir as formas de extração do valor e aumentar a precariedade do trabalho frente ao avanço das forças capitalistas — por meio de uma sociabilidade baseada em formas concorrentiais, em uma dinâmica em que todos são tidos como empresários ou empresas. Tal dinâmica, em sociedades democráticas liberais, abre espaço para o avanço de forças sociais de caráter autoritárias, que conseguem arregimentar forças sociais de caráter conservadoras com o intuito de radicalizar as políticas neoliberais.

Palavras-chave: democracia; neoliberalismo; capitalismo; autoritarismo.

Abstract

The Complementation-VAAR (Student Value Year Result), included in Fundeb reform in 2020, was received by states and cities for the first time in 2023. It is an equalizing mechanism, which represents additional resources for education departments which complied with conditionalities and indicators related to improving learning by reducing inequalities between socioeconomic or ethnic-racial strata of students. The study reveals that 66% of the Brazilian municipalities and 12 states haven't received the VAAR in its first

¹ Este artigo é uma versão modificada de resultados parcialmente publicados em SALGADO, Tiago. Rumo à barbárie neoliberal. Editora Telha, 2023, Rio de Janeiro.

² Mestra e Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo, e-mail: izabella.silva@usp.br.

year of implementation and the way in which complementation was developed at the end of the Bolsonaro government put in risk goals and objectives of the mechanism.

Keywords: democracy; neoliberalism; authoritarianism; capitalism.

Introdução

Uma das características experimentadas pelas populações que vivenciam e vivenciam o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI é a existência de um ambiente mediado por crises econômicas, em especial a partir das décadas de 1970 e 1980. Que o capitalismo necessita de crises para que as taxas de acumulação possam se reordenar e se reproduzir já é um fenômeno amplamente conhecido desde meados do século XIX, com a “destruição criadora” típica da modernidade capitalista que avançava pelo mundo. No entanto, as crises atuais apresentam algumas particularidades.

Uma dessas particularidades é a capacidade das forças produtivas capitalistas de gerarem condições mínimas de vida para que a classe trabalhadora não seja obrigada a vender sua força de trabalho, ou seja, a humanidade, diante da capacidade criadora humana, conseguiu construir condições para que toda a população do planeta possa ter uma vida digna. Isso se deve ao aumento da capacidade produtiva proporcionado por tecnologias que não necessitam de força humana. Dessa forma, seria possível abrir espaço para a diminuição da jornada de trabalho, aumentando a renda e o tempo livre.

No entanto, as condições atuais do capitalismo não permitiram tais transformações, o que demonstra o caráter histórico das sociedades, já que as jornadas de trabalho aumentaram e os salários médios diminuíram, mesmo com tamanho avanço produtivo. Em outras palavras, mesmo em condições de melhorar a vida dos trabalhadores, as formas sociais em que estamos inseridos criam condições para o aumento da pobreza e da miséria, em uma lógica autofágica que coloca em risco a própria existência da humanidade e do planeta. A qual racionalidade tal forma de gestão da sociedade responde (Jappe, 2021)?

O neoliberalismo aparece como uma parte da resposta para essa questão. Longe de ser apenas um conjunto de ideias econômicas, o neoliberalismo busca impor uma forma de comportamento que se relaciona com a racionalidade de mercado, emulando todas as relações sociais à lógica concorrencial entre empresas privadas.

Encontrar a gênese do neoliberalismo nos faz remontar ao início do século XX, em especial aos anos 1920 e 1930, quando um grupo de intelectuais liberais buscaram encontrar

saídas para o avanço de formas estatais consideradas “antinaturais”, pois interferiam nas ordens “naturais do mercado”. Nesse contexto, foi realizado o Colóquio Walter Lippmann, em 1938 e, posteriormente, em 1947, foi criada a Sociedade Mont-Pèlerin, que são marcos fundadores do neoliberalismo e que contaram com a participação de nomes como Friedrich Hayek, Raymond Aron e Wilhelm Röpke. Mais tarde, na década de 1980, o *Consenso de Washington* e os *Chicago Boys* passaram a apresentar o neoliberalismo como uma forma viável de elaboração de políticas públicas.

O termo neoliberalismo foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont-Pèlerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para os investidores estrangeiros (Brown, 2019, p. 28 - 29).

Nesses eventos, foram discutidos os motivos que levaram à crise de 1929 e a restituição do liberalismo como principal corrente ideológica que fornece arcabouços teóricos para a organização da sociedade e da relação entre Estado e sociedade civil. Para os neoliberais, o livre mercado não havia causado a crise de 1929, mas, sim, o excesso de intervenção estatal que, ao invés de resolver a crise, acabou por acirrá-la, causando um desarranjo nas forças de mercado, que acabaram por resultar na radicalização da crise.

Portanto, é possível perceber que, na década de 1980, quando o neoliberalismo aparece como a solução para as crises atribuídas aos gastos da máquina pública para a manutenção do estado de bem-estar social, ele já é uma corrente teórica estabelecida, que contava, desde os anos de 1930, com ideólogos e grupos de pesquisas que visavam estabelecê-lo como pressuposto para a elaboração de políticas públicas.

No entanto, por quais motivos o neoliberalismo apareceu como a melhor solução capitalista para as crises atuais? A resposta para essa questão passa pela forma específica que o capitalismo assumiu na contemporaneidade, tanto na forma de apropriação da força de trabalho e de acumulação de riquezas, como nas formas de organização societal, que se transformaram em virtude da própria dinamização das forças produtivas e da dinâmica das lutas de classes.

Assim, o objetivo do artigo é entender como o neoliberalismo assumiu a posição de melhor gestor e garantidor das formas de produção e reprodução da sociabilidade capitalista

de acordo com as condições objetivas atuais, que devem ser analisadas à luz da correlação de forças políticas e sociais. Nessa conjuntura específica, a mesma perspectiva de análise deve ser aplicada às formas de atuação do Estado em relação à sociedade e às possibilidades e limites da democracia liberal.

Liberalismo e capitalismo

Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2019), ao estudar as formas de operação do capitalismo, resgatam as análises marxianas para apontar que o capitalismo não é uma coisa, mas, sim, um processo “em que o dinheiro é enviado perpetuamente em busca de mais dinheiro” (2019, p. 58). Assim, o capitalista, ou seja, aquele que tem a função de colocar o processo em movimento, pode aparecer de diversas maneiras (comerciante, industrial ou financista).

Tal lógica se realiza quando o portador de dinheiro encontra no mercado uma mercadoria em que o valor de uso tem a propriedade particular de ser a fonte de valor. Em outras palavras, essa mercadoria é a força de trabalho, sendo que o encontro entre o possuidor de dinheiro (potencial capitalista) e o possuidor da força de trabalho (potencial trabalhador) transforma os meios de produção da burguesia em capital. Portanto, segundo Marx, o capital não é uma coisa, mas, sim, uma relação social entre pessoas que é mediada por coisas (Mezzadra; Neilson, 2019, p. 58).

Tal relação social, marcadamente capitalista, se torna hegemônica à medida que ganha uma base ideológica que justifica e legitima a relação de dominação e exploração entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, o liberalismo passa a oferecer tal sustentação, sendo que Eleutério Prado (2005) apresenta de forma bastante clara a relação entre capitalismo e liberalismo, destacando as diferenças entre as formas de expressão liberais em diferentes fases do capitalismo.

Para Prado (2005), o liberalismo clássico, que remonta ao século XIX, se apresenta para viabilizar a apropriação do trabalho pelo capital, uma vez que diferencia o capitalismo em sua aparência e sua essência. Retomando os escritos de Marx, é possível perceber que a constituição do Estado político, que terá como base teórica principal o liberalismo, divide o indivíduo em dois mundos, o político-jurídico, no qual aparentemente rege a igualdade e a liberdade, e o mundo do trabalho, em que a existência da propriedade privada faz com

que o trabalhador seja obrigado a vender sua força de trabalho, que ganha a forma de mercadoria característica do capitalismo.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. [...] Onde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla, não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra (Marx, 2010, p. 40).

Ellen Woods (2007) demonstra essa dinâmica ao apontar que as formas mais apropriadas de apropriação do trabalho no capitalismo são as que não necessitam de uso da força. Isso se dá por meio de uma série de mecanismos políticos, jurídicos e ideológicos que buscam construir um espaço social em que a exploração da força de trabalho seja naturalizada e otimizada. Daí a máxima liberal de separação entre o mundo político e econômico, uma vez que a igualdade e a liberdade jurídica acabam por ocultar a exploração do trabalho decorrente da propriedade privada dos meios de produção.

Como se pode verificar, a ideia é que o liberalismo opera a diferenciação entre a essência (exploração do trabalho) e a aparência (liberdade) do capitalismo para que a forma mercadoria se torne universal. É nessa conjuntura que o valor se torna o elemento regulador do valor, uma vez que a mercadoria se relaciona com a quantidade de trabalho socialmente necessário, ou seja, “como dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos etc” (Marx *apud* Prado, 2005, p. 73). Portanto, no capitalismo industrial, o valor pode ser definido como norma reguladora das relações sociais no modo de produção capitalista, ou seja, meio de trocas complexas que acontecem independentemente da vontade dos agentes sociais (Prado, 2005 p. 88).

Para Anselm Jappe (2021), o valor (trabalho, dinheiro e mercadoria) é o princípio de síntese do social na modernidade capitalista, já que remete sempre ao trabalho abstrato como a “forma base” que realiza essa forma na prática cotidiana:

Em uma sociedade de mercado capitalista, a reprodução social é organizada em torno da troca de quantidades de trabalho, e não em torno da satisfação das necessidades e desejos. Basta lembrar que uma dada

quantidade de trabalho adquire a forma de uma dada quantidade de dinheiro para compreender quanto essa afirmação teórica corresponde à realidade cotidiana (Jappe, 2021, p. 24).

Ou seja, na sociedade capitalista, a dominação de classe acontece por meio de uma série de estruturas impessoais que abrange toda a sociedade, como o trabalho, o dinheiro, a mercadoria e o valor. Para Marx, essas estruturas podem ser entendidas pelas categorias de “sujeito automático” ou “fetichismo da mercadoria” (Jappe, 2021, p. 29), em que

Qualquer sociedade fetichista é uma sociedade cujos membros seguem regras que são o resultado inconsciente das próprias ações, mas que se apresentam como forças exteriores aos homens, em que o sujeito não passa de um simples executante das leis fetichistas (Jappe, 2021, p. 29).

David Harvey (2015) atribuiu ao fetiche o hábito humano de atribuir a coisas poderes mágicos e geralmente ocultos para mudar e transformar o mundo à nossa volta e, assim, intervir de maneira direta em nossa vida ou até mesmo determiná-la. No entanto, é importante destacar que o fetiche tem uma base real, não sendo meramente uma representação imaginária. Estabelecemos relações sociais reais por meio de objetos e coisas que produzimos e circulamos, da mesma forma que objetos são impregnados de significados sociais, que são o resultado do trabalho social e da ação humana.

É nesse diapasão que as forças capitalistas se desenvolvem, tensionando as correlações de forças sociais e internacionais, criando condições para que as disputas intercapitalistas resultem em políticas colonialistas e imperialistas que marcaram o fim do século XIX e início do século XX. Tais práticas imperialistas se efetivavam de diversas maneiras, tendo como base as ideologias do progresso, principalmente o liberalismo econômico e político, com o objetivo de expandir as fronteiras de acúmulo capitalista. Suas formas preferenciais, como colocou Woods, se caracterizam pela dominação impessoal e de caráter cultural e social. No entanto, a violência é característica marcante dos processos de colonização e exploração capitalistas. Nesse sentido, mesmo defendendo o avanço do progresso e da civilização, o avanço do capitalismo resultou em duas guerras mundiais, que vitimaram milhões de trabalhadores, principalmente nos países centrais do capitalismo europeu.

De qualquer forma, a partir da década de 1930, o liberalismo ganhou uma nova roupagem como uma resposta a suas próprias deficiências enquanto elemento mediador

das contradições capitalistas, ou seja, enquanto relações sociais abstratas que se apresentam no campo político e que tem como objetivo obstruir a análise de aspectos fundamentais econômicos, em que a exploração do trabalho se efetiva. É nessa conjuntura que ganha terreno o liberalismo social, ou o estado de bem-estar social, baseado no keynesianismo e que tinha o Estado como dinamizador da atividade econômica e garantidor de direitos básicos para os trabalhadores.

O avanço das políticas de bem-estar social deve ser entendido no contexto de ameaça comunista durante a Guerra Fria, mas também como uma consequência das pressões da classe operária urbana e de camponeses contra a exploração capitalista e suas consequências. Essa indignação se expressava ideologicamente, sobretudo, por meio do comunismo e das lutas nacionalistas e anti-imperialistas, que se fortaleciam em países periféricos durante os anos de radicalização da Guerra Fria.

No entanto, as políticas de bem-estar que foram colocadas em prática nos países centrais do capitalismo, cada um com suas particularidades, não foram traduzidas na periferia do capital, em que as ondas de revoltas e pressões populares foram reprimidas por uma série de ditaduras militares ou civis a serviço do capital e das burguesias nacionais e internacionais. Tal diferença ressalta o caráter associado que o desenvolvimento do capitalismo apresenta nas diferentes partes do globo, já que, a depender da posição relativa do país na lógica da produção e reprodução do capitalismo, a forma como as forças sociais burguesas buscam consolidar seus interesses se adequam às condições particulares e demonstram que não existe nenhuma relação direta entre capitalismo e democracia. Pelo contrário, entre meados dos anos 1950 até o fim da década de 1960, o capitalismo viveu o que ficou conhecido como Idade do Ouro, período em que foi possível observar as maiores taxas médias de lucro. No entanto, a partir da década de 1970, uma série de crises abalaram as taxas de lucratividade capitalistas e abriram espaço para o avanço do que Prado chama de período Pós-Grande Indústria, ou neoliberalismo, que aparece como a solução para a crise (Prado, 2005).

É fundamental, para darmos início à discussão acerca do neoliberalismo, deixar claro que este não defende o Estado mínimo, pelo contrário. O neoliberalismo é adepto do Estado máximo, ou seja, o Estado como principal instrumento regulador e garantidor da liberdade de mercado. Cabe também ao Estado induzir uma sociabilidade que coloque em movimento uma dinâmica concorrencial, em que todos são entendidos como empresas e

devem competir entre si. Até mesmo o Estado deve ser entendido como um gestor empresarial, esvaziando-se de conteúdo político e social³.

O cerne da teorização neoliberal do século XX envolve o que eles chamaram de condições meta-econômicas ou extraeconômicas para salvaguardar o capitalismo na escala do mundo inteiro. [...] o projeto neoliberal se concentrou em criar instituições – não para liberar os mercados, mas para cercá-los, para inocular o capitalismo contra a ameaça da democracia para criar uma estrutura para conter o comportamento humano frequentemente irracional e para reordenar o mundo após o império como um aspecto de Estados concorrentes em que as fronteiras cumprem uma função necessária (Slobodian, 2021, p. 16).

O Estado também tem a função de frear possíveis reações às políticas neoliberais, com o intenso uso do aparato repressor contra sindicatos, movimentos sociais e os trabalhadores organizados, em geral. A lógica é que o Estado deve abrir espaço para o avanço da iniciativa privada e do empreendedorismo, entendidos como forças virtuosas que resultariam na recuperação econômica por meio de uma gestão privada. É essa racionalidade que justifica a defesa das privatizações realizadas pelos neoliberais. Nas palavras de José Chasin (2000), o neoliberalismo representa o “Estado mínimo na economia e o Capital máximo no Estado”.

A exploração neoliberal

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se configura como uma nova razão de mundo, já que tem o objetivo de instituir uma normatividade social baseada na competitividade entre os indivíduos. Nessa lógica, tal característica é o resultado de uma alteração nas formas de reprodução do capital, que passa a ser cada vez mais financeiro, necessitando, portanto, de novas formas de exploração. No entanto, autores como Prado chamam a atenção para a nova forma de extração do valor, uma vez que, na “pós-grande indústria o tempo deixa de ser o marcador de valor” (2005, p. 88), ou seja, o trabalho passa a ser criativo, inteligente, uma mobilização de conhecimentos que corresponde ao “intelecto coletivo de uma sociedade” (2005, p. 88).

³ De acordo com Thomas Biebricher (2018), para os neoliberais, a principal responsabilidade do Estado é forçar as “regras do jogo” de forma imparcial e autoritária. Nesse sentido, o Estado deve cumprir uma função dupla. Ao mesmo tempo que atua ativamente na construção de um arcabouço jurídico, político e militar, deve restringir sua ação no campo econômico (p. 34).

Em resumo, a força produtiva decisiva na pós-grande indústria é a inteligência coletiva mantida e reproduzida pelos gerentes, técnicos e trabalhadores em suas próprias cabeças, em suas ações como homens práticos, assim como ativando os sistemas de informação empresariais. As máquinas em sentido amplo continuam evidentemente existindo, mas se tornam instrumentos de atuação no mundo social e natural desse saber científico e tecnológico geral e coletivo (Prado, 2005, p. 110).

Portanto, ao mesmo tempo que a automatização das forças produtivas tende a diminuir os postos de trabalho ofertados, aumentando radicalmente a competição entre os trabalhadores obrigados a venderem sua força de trabalho, o valor deixa de estar vinculado ao tempo social despendido em determinada mercadoria e passa a se identificar com o desenvolvimento individual, ou seja, o trabalhador se vê obrigado à busca constante de atualização, formação, aprendizado tecnológico etc. Em outras palavras, o capital fixo, que na grande indústria era principalmente o maquinário, passa a ser o próprio homem.

Em consequência, por meio de verdadeiros cercamentos, porções estratégicas do conhecimento científico e tecnológico são impedidas de se reproduzirem livremente, assumindo então a forma de capital fixo da empresa. Os trabalhadores dos empreendimentos capitalistas que se podem classificar como pós-grande indústria, guardadas as diferenças que não podem deixar de existir na hierarquia inerente ao corpo de trabalho sob o modo de produção capitalista, ganham invariavelmente - uns mais, outros menos – a dimensão de trabalhadores intelectuais (Prado, 2005, p. 110).

Mesmo que as empresas pós-grande indústria dominem apenas uma parcela da produção, em particular nos principais centros do capitalismo, elas modificam a lógica de funcionamento de todo o sistema. A transformação do trabalho que passa a incorporar a dimensão intelectual significa que o valor antecedente ao preço de produção se torna insuficiente como regulador da produção capitalistas e que a “subsunção do trabalho ao capital tem necessariamente que se tornar abrangente, ainda que não de modo homogêneo” (Prado, 2005 p. 111).

Daí a necessidade de uma razão de mundo neoliberal, uma vez que o capital avança sobre a vida social como um todo, ou seja, é imposta uma lógica de privatização na sociedade, “que se torna abrangente e devastadora: o genoma, o próprio do corpo humano, os produtos da alma, tudo tem que se tornar objeto de propriedade privada” (Prado, 2005, p. 112).

No plano mais geral, vê-se que ocorre uma grande ampliação do domínio do capital, a qual ultrapassa todas as barreiras tradicionais para avançar sobre a vida social como um todo. Como este é o modo pelo qual o capital subordina, emerge a tendência de transformar tudo em mercadoria, assim como a ciência e a tecnologia, a educação, a arte, a cultura etc, toma-se domínio das aplicações de capital, subordinando-se à lógica da valorização (Prado, 2005, p. 111).

É nesse ínterim que devemos buscar a resposta para uma das perguntas feitas nas primeiras páginas do texto: por que o avanço das forças produtivas não resultou em uma diminuição do tempo de trabalho e do aumento do tempo livre para o trabalhador? Ora, exatamente porque o valor baseado na estrutura de exploração da grande indústria deixou de balizar, no neoliberalismo, as formas de apropriação do trabalho. No neoliberalismo, pela sua forma de apropriação do intelecto geral, as jornadas de trabalho se estendem para fora da empresa, tomando conta da vida dos sujeitos por completo.

Portanto, como observa Jappe (2021), o capitalismo necessita impor uma motivação cotidiana para sua reprodução. Quer dizer, como convencer os trabalhadores de que eles devem se subordinar a jornadas de trabalho que remontam ao início da revolução industrial, perder direitos trabalhistas e se sujeitar a todo tipo de violência para a reprodução ilimitada do capital? As explicações economicistas - que visam afastar a população dos mecanismos de funcionamento da economia, principalmente em sua forma financeirizada, que defende a austeridade e a adoção de políticas liberalizantes - dizem mais sobre os ideólogos neoliberais do que sobre os trabalhadores, em geral, que, em grande medida, não entram em contato com essas teorizações. Portanto, as pessoas necessitam de uma adesão ativa ao capitalismo, ou seja, “precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo” (Jappe, 2021, p. 212).

A relação entre determinada moralidade e o neoliberalismo foi analisada por autoras como Wendy Brown (2019) e Melinda Cooper (2017)⁴, para quem valores tradicionais, baseados na família, na propriedade privada, na religião, no nacionalismo e no patriarcado, acabam por se combinar com elementos neoliberais. Tal conjuntura, em momentos de crises econômicas e de diminuição de renda e direitos resulta na articulação entre movimentos de extrema direita ou populistas autoritários e neoliberais, em um movimento

⁴ Em sua obra *Family Values*, Melinda Cooper analisa como a reafirmação dos laços familiares se combina com a construção da razão neoliberal, uma vez que, para os neoliberais, a família deve ocupar o papel atribuído ao Estado como garantidor de direitos, como a educação e a saúde. .

contestatório à democracia liberal e aos próprios resultados das políticas neoliberais, que causam miséria e carestia.

Os reformadores do bem-estar social olhavam agora para trás, para a tradição da lei dos pobres, com as suas noções de responsabilidade familiar e pessoal - como uma alternativa imaginada ao bem-estar social do New Deal. É nesta mudança que podemos localizar a ascensão simultânea do neoliberalismo e o neoconservadorismo pode ser diametralmente oposto em muitas questões, mas na questão dos valores familiares revela uma afinidade surpreendente (Cooper, 2017, p. 33)⁵.

O aumento de movimentos autoritários e neoliberais em diversas partes do mundo apresenta uma natureza tautológica, já que estes movimentos são o resultado de medidas que prometem impor mais austeridade, o que causa ainda mais miséria e assim por diante. Por isso, a radicalidade de líderes dessa natureza é fundamental para mobilização de seus apoiadores, identificando os inimigos em elementos exteriores às políticas neoliberais, como nos estrangeiros, em grupos minoritários, em comunistas, elites globalistas etc.

Essa conjuntura, marcada pela precarização do trabalho e pelo avanço do individualismo, do empreendedorismo e do autoritarismo, traços do neoliberalismo, se combina com o que Guy Debord caracterizou como sociedade do espetáculo. Nessa forma de capitalismo moderno, as relações sociais são mediadas por imagens, que se tornam mercadorias. Como resultado, “o mundo objetivo e sua representação são subsumidos à lógica fetichista. A alienação [atinge] seu patamar mais alto, a separação do sujeito e seu mundo sendo consumada” (Zacarias, 2022, p. 19). Isso representa “não apenas perda do produto do trabalho, mas [também] perda dos meios mais elementares de experiência e de representação do vivido” (Zacarias, 2022, p. 19), ou seja, a perda do próprio tempo.

O que a sociedade do espetáculo realiza é a existência efetiva de um conjunto de fenômenos aparentes que se torna a mediação necessária de acesso ao mundo objetivo. Se antes achávamos que para conhecer o mundo precisávamos das imagens recompostas perante o olho da consciência, agora essas imagens são industrialmente produzidas e difundidas. O conjunto dos fenômenos aparentes é oferecido diretamente aos olhos dos espectadores, cuja experiência do mundo sensível é agora especulativa (Zacarias, 2022, p. 31).

⁵ Texto traduzido pelo autor.

A razão de mundo neoliberal elaborada por Dardot e Laval (2016) pode ser considerada a forma atual da sociedade ultra fetichizada do espetáculo. Isso significa que a lógica concorrencial que marca a razão neoliberal intensifica o caráter racional e parcializado do trabalho, que não permite a construção de laços comunitários e sociais fundamentais para a própria efetivação da democracia liberal, que necessita de espaços políticos para que o contraditório possa se manifestar, mesmo que não de forma a contestar a lógica do capital, para a construção da hegemonia burguesa na sociedade capitalista. Daí o caráter essencialmente antidemocrático do neoliberalismo⁶.

Ao mesmo tempo, a falta de laços comunitários em centros urbanos onde residem milhões de pessoas aglomeradas, mas isoladas socialmente, resulta em multidões que só podem se relacionar por processos mediados, no caso da sociedade do espetáculo, por meio de imagens, que passam a ser entendidas como mercadorias e consumidas a todo momento pelos trabalhadores, que perdem completamente a dimensão do tempo livre, enquanto momento de apreciação do vivido real.

Se o vivido real perde concretude pela mediação das imagens, ao mesmo tempo que o trabalho coloniza o tempo fora do trabalho, resta ao indivíduo buscar sua liberdade no consumo de mercadorias, o que radicaliza a lógica de valorização do valor e de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, o trabalhador se vê preso nessa racionalização, que se acelera com o advento da gestão neoliberal.

A imagem social do consumo do tempo, por sua vez, é precisamente a publicidade dos lazeres, do consumo do tempo livre, imagem “dominada pelos momentos de lazer e de férias”, “momentos representados à distância e desejáveis por postulado, como toda mercadoria espetacular”. Mais ainda, “essa mercadoria é aqui explicitamente dada como momento da vida real”. Essa inversão é fundamental, pois significa que o trabalho não fornece mais a base da constituição identitária, é visto apenas como um meio para o consumo de férias, uma espécie de mal necessário. [...] Contudo, como dissemos, o tempo livre já está reificado como mercadoria espetacular, como bloco de tempo fechado (Zacarias, 2022, p. 83).

Quer dizer, o neoliberalismo, enquanto forma atual da sociedade do espetáculo, se apresenta como uma totalidade social que enquadra os indivíduos em sua função de agentes

⁶ Ver: CHAMAYOU, Grégoire. A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. Ubu Editora, 2020; e A Escolha da Guerra Civil, uma outra história do neoliberalismo, Dardot, Pierre; Guéguen, Haud; Laval, Christian; Sauvêtre, Pierre, São Paulo: Elefante, 2021, 364 páginas.

da reprodução do valor, já que não existe mais tempo livre fora da lógica do consumo. Tanto o trabalho como o tempo perdem seu sentido social e passam a ser completamente alienados, apresentando consequências na própria forma como o sujeito compõe as sociedades atuais e na maneira como os indivíduos se relacionam.

Quando uma pessoa consome imagens (assistindo comerciais de Coca-Cola), assim como quando consome mercadorias (bebendo Coca-Cola na vida real), elas não se relacionam apenas com objetos (comerciais e Coca-Cola). Eles também estão relacionados a todo o trabalho e a todas as pessoas envolvidas no trabalho que foram realizados para fazê-los (Narita, Morolock, p. 21, 2021)⁷.

O individualismo e a lógica empreendedora da concorrência neoliberal não são frutos apenas da financeirização do capitalismo, pois todos estes elementos correspondem a uma alteração na própria dinâmica interna do capital, que passa a se articular de maneiras distintas no âmbito social e político, enquanto norteador das relações sociais. São nessas condições que o caráter antidemocrático do neoliberalismo deve ser compreendido, em especial após o advento das redes sociais, que intensificam o isolamento característico da sociedade do espetáculo.

Com o avanço das redes sociais e da interconectividade proporcionada pela internet, a mediação social resulta em um processo em que os sujeitos passam a ser espetaculares, uma vez que suas ações e interações são dispostas para visão pública. Tal situação se tornou ainda mais intensa com a pandemia de COVID-19, que acelerou transformações no mundo do trabalho em função do isolamento social necessário para conter a proliferação do vírus, tornando a separação entre vida real e virtual muito tênue.

Dessa forma, acontece uma “saturação do mundo social” com as mídias e as imagens, algo que já estava presente desde meados do século XX, com o avanço dos meios de comunicação de massa. Este fenômeno, porém, ganha novo alento e intensidade com a internet e as redes sociais, já que, por meio desses mecanismos, são possíveis novas formas de dominação de classe, em particular a radicalização da normatividade social neoliberal, uma vez que as pessoas podem se vender, nas redes sociais, como produtos mediados por imagens.

⁷ As traduções foram feitas pelo próprio autor a partir da obra original.

Imagens e superfícies, tal como as mercadorias, são os núcleos primordiais da socialização capitalista contemporânea, dependentes da forma como as pessoas veem e são vistas pelo público difuso. A visibilidade implica a necessidade de autovalorização e de reconhecimento intersubjetivo, alicerçados no poder imagético das superfícies e na quantidade desumana de informação nas tecnologias de comunicação. A conexão dos componentes morais com o novo meio sociotécnico produz um tipo peculiar de espetáculo que torna o indivíduo propenso a assistir e a se vender, de acordo com a nova visibilidade dos dispositivos midiáticos (Narita, Morolock, 2021, p. 24).

Como é possível perceber, o neoliberalismo e a era digital se combinam, criando um conjunto de processos sociais, culturais e econômicos que visam transformar o mundo em um mercado, tornando possível o enraizamento da razão neoliberal baseada na lógica concorrencial. Essa articulação entre o processo de individualização e o avanço do complexo tecnológico baseado nas redes digitais e no novo contexto cultural orientado pela economia de mercado e pela ordem neoliberal acaba por produzir o que Narita e Morelock chamam de *sociedade da selfie*.

[...] a “sociedade da selfie” deve ser entendida como a união da cultura do capitalismo de consumo espetacular com amplificações e encaixes das tecnologias de informação, em geral, e das plataformas de mídia social, em particular. Compreende uma constelação de tendências que não são limitadas pela geografia (Narita, Morolock, 2021, p. 24).

A sociedade da selfie apresenta a radicalização do espetáculo, uma vez que permite que o consumidor de imagens também passe a ser produtor delas, dando vazão à dialética da alienação, que ganha uma espiral crescente. Assim, quanto mais o homem produz mercadorias, mais sua essência se aliena das mercadorias; quanto mais ele transforma seu mundo do trabalho alienado, mais seu mundo se torna hostil a ele (Zacariaas, 2022, p. 50).

Ou seja, com a possibilidade de consumir e produzir mercadorias em forma de imagens na era das redes sociais, a alienação se torna cristalina nas redes sociais, pois as pessoas podem trabalhar projetando suas imagens, editando, apagando e/ou chamando a atenção para determinado aspecto. É uma sociedade em que a espontaneidade deixa de existir, em que os indivíduos acabam perdendo a capacidade de interagir com o tempo e o vivido real, já que só conseguem se relacionar pela mediação das imagens. É a alienação elevada ao seu mais alto grau, fundamental para a reprodução da razão neoliberal.

O tempo passa a ser capturado pelo consumo e produção de imagens e promove uma paralisia da história e da memória, uma vez que indivíduos isolados socialmente perdem contato crítico com as contingências e tensões que resultaram na sociedade em que vivemos. A sociedade da selfie é uma sociedade em que o tempo se encontra preso em um presente determinado pelo consumo, que impede a construção de afetos e espaços de solidariedade, pois é a realização da ordem concorrencial, da competição de todos contra todos, uma determinação autofágica típica do neoliberalismo.

Se a perpetuação do presente é uma das características da sociedade do espetáculo e do neoliberalismo, é possível identificar aí uma das formas de dominação que ganha novas e intensas roupagens. O uso da história e da memória como instrumentos de poder é conhecido. No entanto, com o avanço do neoliberalismo, a perda da experiência e o apagamento do conhecimento histórico devem ser entendidos pela inflação de conhecimento do presente, que se fixa a uma negação do passado.

A rapidez com que as notícias e informações fluem pelos *smartphones* ao redor do mundo criam um presente alargado; é o “giro incessante da produção espetacular acompanhando o giro incessante de reprodução do capital”, que empurra a história para a clandestinidade (Zacarias, 2022, p. 103). Como se pode perceber, não é por acaso que uma das marcas políticas do capitalismo contemporâneo é o fenômeno conhecido como *fake news*, ou seja, um conjunto de informações que se espalham com tamanha velocidade que dificultam sua confirmação e acabam por negar a historicidade de determinados fatos.

Dessa forma, diante desse conjunto de características específicas, o capitalismo contemporâneo, em sua fase neoliberal, acaba por tensionar a relação com a própria democracia liberal, já que inviabiliza a própria construção de espaços sociais e comunitários necessários para a viabilização democrática. Além disso, as redes sociais abriram espaço para que políticos de extrema direita conseguissem galvanizar os descontentamentos resultantes das próprias políticas neoliberais para aprofundá-las e apontá-las enquanto soluções para as crises capitalistas.

Para Wendy Brown (2019), o social é o que nos “conecta de maneira que excedem os laços pessoais, a troca de mercado ou a cidadania abstrata”, sendo possível a prática da justiça, da decência e da civilidade, ou seja, é onde se torna possível exercer a igualdade política, que é fundamental para a efetivação da democracia liberal. No entanto, para os

neoliberais⁸, a sociedade e o social não existem, sendo considerados apenas os indivíduos e suas famílias (como dizia Margaret Thatcher). Ora, se não existe sociedade, mas apenas indivíduos, as hierarquias de classe, gênero e raça, que devem ser entendidas dentro da lógica da justiça social, perdem espaço na discussão pública para a valorização das liberdades individuais.

Desse modo, a alegação de que “não existe tal coisa como a sociedade” faz muito mais do que contestar a social-democracia e os Estados de bem-estar como formas de interferência no mercado que criam dependências equivocadas. Faz mais do que propagar a noção de que impostos são roubo, ao invés de matéria pela qual a vida comum e as coisas públicas são sustentadas. Faz mais do que culpar os pobres por sua condição ou a natureza das minorias e mulheres de todas as raças por sua presença minúscula nas profissões e posições de elite. A liberdade sem a sociedade destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro (Brown, 2019, p. 57).

Retomando as reflexões de Prado (2005), se o liberalismo clássico se apresentava como uma forma de distinguir o capitalismo em sua essência e sua aparência, devido ao seu caráter, o neoliberalismo representa o fim dessa divisão, já que o capitalismo se apresenta como ele mesmo, como um sistema de dominação de classe, como um sistema de relações sociais assimétricas e polarizadas, que gera, inherentemente, exclusão. Contudo, é necessário se conformar com ele, já que é o único que permite a liberdade empresarial.

Em outras palavras, a contradição entre capital e trabalho deixa de ser ocultada, mas se apresenta como o fator dinamizador da lógica concorrencial defendida pelo neoliberalismo e necessária para o bom funcionamento da sociedade, já que os neoliberais consideram essa opção como a única alternativa social viável.

Se, para os neoliberais, a razão concorrencial é a única forma de organização social possível, quais são as alternativas para aqueles que visam compreender o capitalismo contemporâneo por meio de uma perspectiva crítica? A solução é o retorno ao estado de bem-estar, que, frente à barbárie neoliberal, aparece em nossa memória como um capitalismo razoável e humano?

⁸ Hayek, em particular, entende que o social é um espaço que atrapalha o ordenamento de mercado e que é a “assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, símbolo da tirania” (BROWN, p. 41, 2019).

Como tentamos demonstrar, seria impossível retomar a lógica social anterior, uma vez que foi essa mesma forma de gestão do capitalismo que nos trouxe até aqui. Quer dizer, se o neoliberalismo é a resposta a modificações internas na extração do valor do capitalismo, que se combinou com o avanço tecnológico e com a sociedade do espetáculo e, ao invés de resultar em emancipação, gerou mais exploração, a crítica ao neoliberalismo se esvazia se não vier acoplada à crítica do próprio capitalismo em si.

Conclusão

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA e, principalmente, a Europa aprofundaram a construção do Estado de bem-estar social. Na periferia do capitalismo, movimentos de descolonização, nacionalistas e de diversas facetas socialistas passavam a dar materialidade à luta de classes e às contradições nesses países. Quinn Slobodian (2018) chama a atenção para essa nova ordem, que era entendida como uma ameaça pelos neoliberais, uma vez que ameaçava o livre-comércio em nome de reparações históricas e sociais e até mesmo da busca pela construção de uma ordem política democrática.

Tal preocupação neoliberal se relaciona com o temor de que a busca por justiça social pudesse acarretar o desarranjo dos mercados e o aprofundamento de experiências socialistas ou totalitárias. Apesar de apresentarem diferenças, as diversas correntes neoliberais acabam, no final das contas, em concordar com a afirmação hayekiana de que a sociedade de mercado não é justa nem igualitária, mas que é a melhor forma de otimizar as relações sociais em busca do desenvolvimento individual.

O neoliberalismo, dessa forma, se apresenta como uma tentativa de solucionar as contradições do capitalismo na contemporaneidade, atacando qualquer forma de ação ou organização coletiva, mesmo aquelas que operam dentro da lógica capitalista. Isso se dá, como tentamos demonstrar, pela própria forma de desenvolvimento das forças produtivas, que, com o desenvolvimento de novas tecnologias, provocaram um curto-circuito na própria forma de extração do valor.

Tais contradições levaram o capitalismo a se apresentar em sua essência, escancarando a dominação e a exploração do trabalho. Por meio da construção de uma lógica neoliberal, essas características deixam de ser vistas como formas de violência contra

o trabalhador e passam a ser apresentadas como aspectos virtuosos que devem ser buscados e aprofundados por todos os indivíduos. Assim, cada indivíduo é incentivado a agir como um “empresário de si”, competindo constantemente para sobreviver em uma situação de vida cada vez mais precarizada.

Essa lógica autofágica esvazia o tecido social, gerando cada vez mais violência, tanto simbólica quanto social, e abrindo espaço para o avanço de forças políticas autoritárias e violentas. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, escancarou as principais características da atual fase do capitalismo, em especial em países onde populistas de direita estavam no poder político e conseguiram mobilizar apoio popular importante por meio da atuação, em grande parte, nas redes sociais. Ao afirmar, durante o enfrentamento ao vírus, que a “vida é assim, todo mundo morre um dia” e que a “economia não pode parar”, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro estava dando materialidade ao que o capitalismo sempre foi, mas que buscava mascarar pelas formas teóricas e abstratas do liberalismo. Nesse sentido, Bolsonaro foi a representação mais bem acabada do capitalismo em sua fase neoliberal.

Ao se apresentar como realmente é, o capitalismo, em sua fase neoliberal, ao mesmo tempo que intensifica suas formas de dominação ideológica pelo aprofundamento da sociedade do espetáculo, também abre espaço para que as mesmas ferramentas utilizadas para seu aprofundamento possam ser utilizadas para sua contestação. É imperativo que o pensamento crítico consiga conjugar os elementos da modernidade neoliberal como forma de contestá-la, tanto no campo teórico, rivalizando e problematizando as ideologias que buscam impor a lógica do empreendedorismo às relações sociais, como em formas práticas, buscando ferramentas de organização e representação efetivas.

Por fim, esperamos ter contribuído para o entendimento do neoliberalismo, destacando que a esperança no retorno a uma época em que a democracia liberal e o estado de bem-estar resolviam as contradições do capitalismo, além de não representar a realidade histórica, também não apresenta solução para o futuro. É necessário repensar e reinventar formas de organização que neguem não apenas o neoliberalismo, mas o capitalismo. Caso contrário, a crítica se esvazia de sentido e iremos reproduzir e radicalizar a mesma dinâmica social que nos trouxe até as condições atuais.

Referências

- BIEBRICHER, Thomas. The political theory of neoliberalism. Stanford University, Stanford, 2018.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. Politeia, São Paulo, 2019.
- CHASIN, José. Ensaios Ad Hominem. Tomo III – Política. São Paulo, Ensaio, 2000.
- COOPER, Melinda. Family Values: Between Neoliberalism and the new social conservative. Zone Books, Nova York, 2019.
- DARDOT Pierre; LAVAL, Christian. A nova Razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo, São Paulo, 2016. HARVEY, David. Paris, Capital da Modernidade. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.
- JAPPE, Anselm. A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição. Editora Elefante, São Paulo, 2021
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEZZADRA, Sandro; NEILTON, Brett. The politics of operations: Excavating contemporary capitalism. Duke university press, Londres, 2019.
- MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe. The society of the selfie: social media and the crisis of liberal democracy. University of Westminster Press, 2021.
- PRADO, Eleutério. Desmedida do valor: Crítica da pós-grande indústria. Xamã, São Paulo, 2005.
- PRADO, Eleutério. Estagflação renitente. A Terra Redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/estagflacao-renitente/> Acesso em: 14/12/2024.
- SLOBODIAN, Quinn. Globalists: The end of Empire and the birth of neoliberalism. Harvard University, Londres, 2018.
- ZACARIAS, Gabriel Ferreira. Crítica do espetáculo: o pensamento radical de Guy Debord. Editora Elefante, São Paulo, 2022.
- WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia. et. al.]. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. Julho/setembro. 1984.
- VITORINO, A.J.R. *Processo de trabalho, sindicalismo e reforma técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp, 1995.